

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A retomada da língua Kaingáng na E.I.E.B. Cacique Vanhkrê: um fator de identidade étnica¹

Talita Daniel Salvaro*

Resumo: Este artigo objetiva mostrar como a língua Kaingáng é ministrada na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê – E.I.E.B.C.V., após os direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Como fontes para dar suporte a este estudo, trabalhamos com atas de reuniões de pais e professores da E.I.E.B.C.V., no período de 1988 a 2006, Constituição Federal do Brasil de 1988, entrevistas com professores de língua Kaingáng e membros da comunidade, além da bibliografia complementar. Busca-se visualizar a língua materna como fator de identidade étnica, visto que ela é parte essencial da cultura indígena, mantendo seus aspectos tradicionais como religião, mitos, alimentação, artesanato, passados de geração para geração, através da oralidade. A retomada da língua na escola serve como um fortalecimento e valorização da mesma, onde os professores de Língua Kaingáng produzem os seus próprios materiais didáticos e lutam pela autonomia.

Palavras chaves: Kaingáng, língua, educação.

Abstract: This article intends to show how the Kaingáng language is taught at Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê (Basics Education Cacique Vanhkrê Indigenous School - E.I.E.B.C.V. for short), after the constitutional rights guaranteed by the Brazilian Federal Constitution of 1988. The sources used to support this study were recorded meetings of Fathers and Teachers Meetings of the E.I.E.B.C.V. from 1988 to 2006, the Brazilian Federal Constitution of 1988, interviews with teachers of the Kaingáng Language and members of the community, the complementary bibliography about the same matter was also used. The mother language is visualized as an ethnic identity factor, since it is the main part of the indigenous culture, keeping its traditional aspects such as religion, myths, alimentation and artifacts, passed from generation to generation through orality. The re-utilization of the language in the school is used to strength and increase the value of itself. This indigenous school is a place where the teachers of the Kaingáng language produce their own didactics material and fight for its autonomy.

Key-words: Kaingáng, language, education.

O presente artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas com a etnia Kaingáng residente na Terra Indígena Xaçepó, localizada no oeste catarinense, entre os municípios de Ipuacu e Entre Rios. A T.I. Xaçepó, “possui uma área de 15.600 hectares, com uma população majoritária Kaingáng, tendo também um pequeno grupo Guarani” (NÖTZOLD, 2003:17),

¹ Este artigo faz parte do 3º capítulo do meu Trabalho de Conclusão de curso intitulado “A importância da língua Kaingáng na educação escolar indígena: proibição e retomada”, apresentado em fevereiro de 2007.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Cultural da UFSC, bolsista CNPq. Bacharel e Licenciada em História, integrante do LABHIN – Laboratório de História Indígena. Orientanda da Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

totalizando uma população em torno de 5000 habitantes, divididos em aldeias e uma sede. O estudo volta-se para a escola da Sede, Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhrê – E.I.E.B.C.V., que possui aproximadamente 800 alunos, tendo o ensino fundamental, médio, o ensino de libras e educação de jovens e adultos, sendo que quase todos os profissionais em educação são indígenas.

O ensino dentro das comunidades indígenas se dá de geração para geração através da oralidade, porém concomitantemente com essa tradição, têm-se nas aldeias as escolas tal qual a cultura não-indígena a concebe, com carteiras, direção, professores, merenda.

O ensino escolar voltado para as sociedades indígenas foi introduzido primeiramente por não-indígenas, onde objetivava a “integração à sociedade nacional, através de um processo de substituição gradativamente da sua cultura pela cultura dita ‘civilizada’” (TAUKANE,1999:111). Anterior à criação do SPI², a única forma de instruções de ensino foram obtidas através da catequese instituída pelos missionários, visando converter os indígenas ao cristianismo. Segundo D’Angelis:

a introdução de escolas começou, a generalizar-se após a instalação do SPI, mas ainda assim, bastante lentamente. Muitas comunidades Kaingáng, só vieram a conhecer as primeiras escolas na década de 40 ou 50 e alguns depois disso (D’ANGELIS, 1999:3).

Durante a atuação do SPI a cultura indígena não foi respeitada, pois vivia-se uma política de integração nacional, onde o indígena era considerado um atraso para o progresso do país e para a formação de uma identidade única, pois possui línguas diferentes da nacional que é a língua portuguesa. Portanto no período de atuação deste órgão, tivemos a iniciativa de portugalização da língua, sendo que a língua materna dos povos indígenas foi proibida.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, há uma mudança na forma de pensar o indígena, em relação à questão lingüística também há mudanças, a língua que fora proibida foi retomada pelas populações indígenas principalmente no campo da educação, inserida através de aulas bilíngües e como disciplina escolar. A inserção da língua materna na escola é um dos aspectos culturais que fazem parte do currículo intercultural e diferenciado garantido pela legislação, juntamente com as “crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais do trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas” (GRUPIONI,2002a:53).

² Criado em 1910, o órgão de proteção chamava-se Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI/LTN, entretanto em 1914, não atendendo mais aos trabalhadores nacionais, passou a utilizar apenas a sigla SPI, o órgão foi substituído pela FUNAI em 1967.

Portanto é a partir desta Constituição que buscamos perceber como a língua Kaingáng foi retomada na instituição escolar, sendo esta um traço muito importante da identidade indígena, pois “constitui o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações”(I Reunião do Consed,1997:6). Por isso, a educação exerce papel fundamental para que a língua seja mantida, pois ela também é um marco de resistência.

Fazemos uso da metodologia de História Oral, pois consideramos os indígenas parte deste trabalho, ou melhor, agentes da História, além do que concordamos com Le Goff, quando diz que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”(LE GOFF, 1942:246).

Após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação escolar indígena no Brasil já obteve muitas conquistas, como a substituição de professores não-indígenas por indígenas, a inserção dos aspectos culturais no currículo escolar e aos poucos o acesso de alunos indígenas ao ensino superior. Porém, muitos fatores ainda precisam ser modificados para que a escola possa atender a todos os itens que a identificam como diferenciada e específica, começando pelo reconhecimento destas como categoria “escola indígena”,

pois são pouquíssimas que são reconhecidas como escolas indígenas (...) em sua grande maioria essas escolas são ainda hoje, consideradas como escolas rurais ou salas de extensão de escolas urbanas, seguindo calendários e currículos próprios desses estabelecimentos”(GRUPIONI, 2002b:91).

A escola é parte fundamental da comunidade, onde as crianças têm acesso aos conhecimentos universais e aprendem a valorizar a cultura indígena através da tradição de seu povo. A identidade Kaingáng está sendo retomada através da escola e principalmente na valorização e fortalecimento da língua materna, pois muitas pessoas não têm domínio da língua. A identidade de um povo é representada por aspectos culturais compartilhados entre eles e que os fazem reconhecer e serem reconhecidos como indígenas e como pertencentes à etnia Kaingáng. A identidade Kaingáng reúne o grupo em prol de seus direitos e luta para a permanência de sua cultura através das gerações.

Primeiramente nós todos temos uma identidade, ou melhor várias identidades, onde algumas em determinadas ocasiões entram em conflitos com outras. Outras vezes as identidades fazem parte de um jogo em busca de um propósito e em alguns momentos não

precisamos afirmar nossa identidade, haja vista que estamos em determinado espaço onde compartilhamos dos mesmos elementos simbólicos que os demais indivíduos.

No passado os Kaingáng não precisavam afirmar que eram indígenas que falavam sua língua materna e que sua cultura fazia parte da identificação do seu povo, mas sentiram essa necessidade há medida que o contato se acentuou e que sua identidade foi negada frente à outra cultura. Neste momento a identidade ganhou voz, pois “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2002:9). Sendo assim, depois de um período em que seu modo de vida foi negado, percebeu-se que os vários aspectos que compreendem a identidade indígena poderiam ser utilizados para afirmar a diferenciação do povo em relação a outros e conquistar seus direitos através destes. Um exemplo é a luta pelas demarcações de terra, onde se utiliza da língua materna e tradições do povo como forma de resistência e de identificação por parte dos indígenas, pelo reconhecimento do seu território tradicional. Pode-se dizer que hoje a identidade além do reconhecimento do ‘eu’ em relação ao ‘outro diferente’, também se tornou uma estratégia.

Após a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tivemos algumas mudanças no sistema de ensino. Na escola a identidade indígena passou a fazer parte da instituição escolar e em relação à língua, “observamos que na referida grade, a escola não optou pela Língua Estrangeira Moderna e sim pela Língua Indígena Kaingáng” (Diário Oficial 05-01-1989 nº 13.614 - Atas da E.I.E.B.C.V.).

Mas o cenário em relação à língua materna se agravava, pois os alunos chegavam à escola falando apenas a língua portuguesa, pois a língua Kaingáng não era falada em casa com os seus pais e por isso não a praticavam, para eles a língua materna, seria uma segunda língua, pois dominavam a língua portuguesa, o número de alunos não falantes equivalia a metade, conforme o professor de língua Kaingáng Pedro Kresó: “metade dos 450 alunos chegou à escola sem saber a língua-mãe” (Fala de Pedro Kresó, escrita por Mylton Severino à amigos, janeiro de 2001 - Atas da E.I.E.B.C.V.).

A língua Kaingáng era ministrada de forma bilíngüe após a Constituição da República Federativa do Brasil, para as crianças que se iniciavam na escola, de 1ª a 4ª série do

ensino primário. As aulas eram realizadas todos os dias, sendo que havia dois professores na sala de aula, o quadro negro era dividido e se ensinava nas duas línguas, no começo era mais oralmente, e depois vinha a escrita, o professor Leacir conta como acontecia a aula:

A gente vai conversando em português e falando também a nossa linguagem Kaingáng e aonde fizemos a aula prática nós, inclusive, a gente traz uma panela, a gente mostra né, pra toda as crianças que esse objeto seria a panela e aqui que nós chamamos o nome do Kaingáng, nos chamamos que é (aicrum), e esse (cucrum), ... outros objetos a gente traz dentro da sala de aula, então ali onde a criança venha entender, que aquele objeto é aquilo que é usado né, então nós, a gente explica em português e no Kaingáng, onde que eles vêm em aprender (LOPES, 2000).

Neste período que se estende até começo deste século (2001-2002) a língua materna tinha mais espaço dentro da escola, sendo trabalhada de forma mais intensa, sobre este período o professor Pedro Kresó pode nos contar, pois leciona a língua Kaingáng há treze anos na T.I.X, segundo ele:

no passado era melhor, até porque você trabalhava com dois professores por turma, e a aprendizagem também tava melhor, eu penso porque daí dá tempo de você atender, porque nós temos turmas, assim grandes de alunos, as vezes 30, 35 alunos por sala, né, então, as vezes, pra um professor é complicado, na época era, você ficava com dois professor em sala, com 35 alunos, crianças e me parece que era mais fácil dá conta do recado, porque aí enquanto a professora fazia um tipo de atividade, a gente também ajudava os alunos lá no canto da sala e, daqui um pouco a gente ajudava a passar uns temas, atividade diferente, assim então a gente trabalhava juntos era muito legal, mas hoje tá difícil, né (KRESÓ, 2006).

O professor Pedro Kresó refere-se a “hoje tá difícil”, pois não há mais dois professores em sala de aula, no começo desse século (2001-2002) a língua Kaingáng tornou-se uma disciplina curricular, com horários na grade escolar como as demais disciplinas, dificultando o aprendizado dos alunos, pois têm menos contato com a língua, além do que também virou motivo de evasão escolar.

Porém, mesmo com as adversidades encontradas para a manutenção da língua, a escola sempre buscou despertar na comunidade a importância de mantê-la viva. As lideranças sempre deram apoio para que os pais incentivassem seus filhos a aprenderem a língua materna. Nas atas de reuniões da Associação de Pais e Professores da escola, a questão da língua materna é citada com frequência e na citação a seguir podemos observar que os professores, diante do que aconteceu no passado com sua cultura, estão se empenhando em mantê-la:

Então nós professores índios temos um pensamento sobre o futuro do nosso povo. E por isso que foi decidido pelos professores bilíngües na última reunião com todos os professores índios e não-índio da Escola cacique Vanhkrê e Pinhalzinho para estudar a língua Kaingáng na teoria e na prática. Essa parada vai ser nas quartas-feiras somente uma vez por mês. Porque seria uma forma de nós todos juntos estarmos fortalecendo a nossa cultura. Também ficou decidido que os professores bilíngües durante esse ano de 2003 vão estar trabalhando diferente todas as terças-feiras das semanas com a língua Kaingáng. Porque na comunidade muita gente não fala mais a língua materna Kaingáng. Temos na comunidade somente os velhos que falam. Por isso que a nossa preocupação é muito grande. Porque nós pensamos que, a língua, a tradição, os costumes, a história, o artesanato, a terra, as ervas medicinais, tudo isso pode ser resgatado e fortalecido através da língua Kaingáng (Ata n.º. 05/03 de 02/04/2003. (Atas da E.I.E.B.C.V.).

O ensino bilíngüe deveria acontecer de forma que a criança aprendesse a língua materna e a língua portuguesa e dominasse estas duas, além de ser inicialmente alfabetizada na língua indígena, porém não podemos generalizar o grau de contato e de aproximação com a língua portuguesa para todas as etnias, sendo que em algumas é possível falar apenas na língua materna e produzir materiais monolíngües. Mas no caso aqui estudado, devido ao contato extremo com a cidade e o domínio da língua portuguesa, são poucas as pessoas que podem ser consideradas bilíngües.

Na E.I.E.B.C.V., a alfabetização se dá na língua portuguesa, pois as crianças têm mais facilidade. Nas séries iniciais os professores de língua Kaingáng fazem rodízios nas salas de aula, para ajudar os professores que não dominam a língua, o que acontece da seguinte maneira:

É este ano to trabalhando de 1ª a 4ª série, então eu trabalho em forma de rodízios, então eu trabalho a língua Kaingáng e o português em várias é, tipo assim, a gente fica em dois professores na sala, dependendo os horários, porque a gente faz o rodízio, eu dou aula de Kaingáng pra primeira, pras segundas séries, pras quarta séries, né, então eu geralmente trabalho com outra professora na sala de aula, a professora regente no caso (KRESÓ, 2006).

Nos primeiros anos trabalha-se mais a oralidade e depois a escrita, os professores de língua Kaingáng se reúnem para elaborar o plano de aula, contemplando o objetivo de conhecer a língua como identidade do povo e a sua valorização. A importância de que as crianças aprendam desde pequenas a dar valor e praticar a língua, é porque nelas se tem a esperança de perpetuação da cultura Kaingáng.

O material didático utilizado por estes professores são produzidos por eles mesmos, são elaborados cânticos, textos, atividades ilustrativas com palavras em português para passar para a língua Kaingáng ou vice e versa e atividades diversas. Elas são produzidas

em um caderno escolar e rodadas no mimeografo para os alunos terem cópia e poderem fazer os exercícios.

Os professores indígenas querem autonomia para poder melhorar cada vez mais a educação escolar indígena e dar sentido à escola diferenciada. O professor Getúlio Narciso, coloca que “desde 95 vem sendo discutido o que se quer para as comunidades indígenas, se a lei diz que precisamos ser escola diferenciada, são os índios que tem que decidir os rumos de sua educação, e não a GEREI, nem a secretaria da educação”(Ata nº. 001/2006 de 20/04/2006 - Atas da E.I.E.B.C.V).

Ao encerrar este artigo, pode-se perceber, principalmente através dos relatos dos professores de língua Kaingáng obtidos através das entrevistas, o grau de importância que a língua Kaingáng exerce dentro da comunidade. Parece ambíguo tomarmos como “tão importante” um fator de identidade étnica, onde a maioria das pessoas não são falantes da língua materna, porém fica evidente a valorização e a caminhada deste grupo no fortalecimento da língua. A língua é um dos principais representantes nas lutas indígenas, é um dos fatores mais visíveis de identidade e perpassa as tradições e a história do povo. A produção de material didático em língua Kaingáng serve para mostrar que ela está viva e que mesmo com as dificuldades para sua manutenção, ela perpassou os obstáculos de integração e negação da cultura.

Fontes E Bibliografia

- Atas de reuniões de pais e professores da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê de 1988 a 2006.
- Materiais produzidos pelos professores da E.I.E.B.C.V. para as aulas de língua Kaingáng.
- República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Brasília. Senado Federal, 2000.

Relação de entrevistados

Entrevistas com professores de língua Kaingáng:

- Leacir Lopes
- Pedro Alves de Assis Kresó

Bibliografia

Cadernos de Educação Escolar Indígena. **3º Grau Indígena**. Vol 2, nº 1, 2003. Barra dos Bugres/MT.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **A língua Kaingáng, a formação de professores e o ensino escolar**. Texto apresentado e distribuído no I Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Sul, promovido pela Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas/MEC. Balneário Camboriú-23-24 de nov. de 1999.

Educação Indígena – **I Reunião do Consed 1997**. Recife-Pernambuco. Ministério da Educação e do Desporto.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org). **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

_____. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaceria Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

TAUKANE, Darlene, Escola: Território Estrangeiro. In: _____. **A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi**. Cuiabá, 1999.